

O poder da Câmara

O Senado votou apressadamente, na última quarta-feira, a política salarial e o novo salário mínimo. Teve, a rigor, 24 horas para analisá-los e foi obrigado a aprová-los quase como vieram da Câmara para evitar que ficasse com a responsabilidade de retardá-los. Não é a primeira vez que isso acontece; não será a última.

A Câmara, talvez em consequência da Constituinte, está a impor no Congresso o sistema unicameral. Os projetos importantes são por ela debatidos com tempo suficiente para reuniões demagógicas em que líderes de bancadas mínimas se colocam em igualdade de condições com outros que são apoiados -- teoricamente, ao menos -- por dezenas de deputados. O tempo que ela própria se concede não o permite ao Senado.

Como podem os senadores discutir a política salarial e as conseqüências da elevação em 50 por cento do salário mínimo em 24 horas? É claro que não têm condições. Houve uma tentativa, injusta em relação aos aposentados, de modificá-lo, porém a Câmara simplesmente comunicou que não a aceitaria e o Senado curvou-se. Não discutiu a proposta, simplesmente a retirou por força da posição da Câmara.

A única reação do Senado foi contra a decisão da Câmara de lhe atribuir em lei, para o futuro, a fixação do salário mínimo. O Senado seria excluído dessa questão. A rejeição de alguns artigos obrigou a devolu-

ção do projeto à Câmara, que provavelmente os restabelecerá. Ficará o Senado na dependência de um voto do presidente da República.

Os argumentos que mais têm sido usados no Senado para votação apressada de projetos é de que "não há lei perfeita", "vamos corrigir no futuro", "não podemos ser culpados pela demora dessa Lei" etc. É, sem dúvida, uma distorção mas tem prevalecido. Seja qual for o projeto, é obrigação do parlamentar, de qualquer um, combater até o *último recurso* o que considera errado. No entanto, os apelos prevalecem.

Infelizmente o Legislativo está caindo no vício de aprovar tudo através do consenso, sem discussão, sem que ninguém seja obrigado a definir seu posicionamento. Tudo ocorre porque as lideranças, principalmente as da Câmara, não têm condições de convocar seus liderados, muito menos de garantir seus votos. A verdade é que na Câmara as lideranças são mais fracas do que no Senado e, por isso, preocupam-se em conseguir um consenso que, muitas vezes, representa apenas a submissão a imposições renitentes. Basta a ameaça de verificação de quorum para que elas se submetam.

Todos esses fatos prejudicam a imagem do Legislativo, cujo fortalecimento é imprescindível para que tenhamos uma democracia. Não basta a Constituição atribuir-lhe novos poderes. É preciso exercê-los e com consciência.